TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

PROCESSO Nº: 584065/25

ASSUNTO: REVISÃO DE PROVENTOS

ENTIDADE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA

INTERESSADO: ANTONIO CARLOS KOPPE, DENILSON BAITALA, ELIZANGELA MARA DA SILVA HAUAGGE, NEIMAR SULZBACH, VINICIUS DE MOURA DA SILVEIRA

RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO CLÁUDIO AUGUSTO KANIA

ACÓRDÃO Nº 1176/26 - Segunda Câmara

Revisão de proventos. Aposentadoria revogada e, em seguida, reestabelecida por determinação judicial. Ato inicial (Decreto nº 2.372/2011) enviado por meio do processo de inativação nº 631909/11. Reestabelecimento dos efeitos do referido ato e autuação do presente processo. Informação do reestabelecimento dos efeitos do Decreto nº 2.372/2011 nos autos originários. Registro do ato de inativação realizado no processo nº 631909/11. Unidade técnica e Ministério Público junto ao Tribunal de Contas pelo arquivamento em razão de litispendência. Arquivamento conforme opinativos uniformes.

RELATÓRIO

Trata-se de aposentadoria voluntária de Antônio Carlos Koppe, ocupante do cargo de consultor técnico, com fundamento no art. 6º, incisos I, II, III, da Emenda Constitucional nº 041, de 19 de dezembro de 2003[1], conforme Decreto nº 2.372/2011, publicado no Boletim Oficial do Município de Guarapuava nº 753 – ano XVII, de 16/09/2011 (peça processual nº 010), cujos efeitos foram

[1] Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:
I - Sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher;
II - Trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
III - Vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e
IV - Dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.YI1A.EBFG.NN45

reestabelecidos por meio do Decreto nº 12.858, de 05 de setembro de 2025 e Decreto nº 12.859, de 05 de setembro de 2025, ambos publicados no Boletim Oficial do Município de Guarapuava nº 3229 – ano XXVIII, de 05/09/2025 (peça processual nº 007).

A COAP (Instrução nº 5678/26 – peça processual nº 018) explicou que a presente revisão de proventos foi instaurada em razão de decisão judicial proferida no Mandado de Segurança nº 0005718-58.2023.8.16.0031, determinando o restabelecimento do ato concessivo inicial de aposentadoria do interessado (Decreto nº 2.372/11), o que foi feito por meio do Decreto nº 12.859/25.

Como foi cumprida a decisão judicial, a unidade técnica entendeu ser possível opinar pelo registro do ato. Entretanto, observou que o Decreto nº 12.859/25 foi apreciado no processo nº 631909/11, que tratou da aposentaria do segurado. A este respeito, destacou trecho do Acórdão nº 102/26 - 2ª Câmara com expressa menção do reestabelecimento do Decreto nº 2.372/11 por meio do Decreto nº 12.859/25. Do que concluiu ser um caso de litispendência nos termos do art. 337, inciso VI c/c §1º, §2º e §3°, do Código de Processo Civil (CPC)[2], o que autorizaria o arquivamento dos autos conforme o art. 485, inciso V do CPC[3].

Por fim, a COAP indicou decisões desta Corte que determinaram o arquivamento dos respectivos autos em razão dos atos já terem sido registados em processo distinto, manifestando-se pelo arquivamento dos presentes autos, sem resolução de mérito, em razão do mérito do ato concessivo objeto da presente revisão ter sido analisado no Processo nº 631909/11.

A representante do Ministério Público, Exmª Srª Procuradora Valéria Borba (Parecer nº 238/26 – peça processual nº 020), acompanhou a conclusão da unidade técnica, opinando pelo arquivamento dos presentes autos.

---

[2] Art. 337. Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar:
(...)
VI - Litispendência;
(...)
§ 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada.
§ 2º Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.
§ 3º Há litispendência quando se repete ação que está em curso.

[3] Art.485 O juiz não resolverá o mérito quando:
(...)
V - Reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.YI1A.EBFG.NN45

PROPOSTA DE DECISÃO[4]

Inicialmente, cumpre observar que não se trata de uma revisão de proventos, mas da inativação do Sr. Antônio Carlos Koppe, a qual foi enviada para registro nesta Corte por meio dos autos nº 631909/11. O art. 2º da Instrução Normativa nº 098/14[5], por meio do qual esta Corte de Contas definiu os atos sujeitos a registro, esclarece:

> § 2º Para efeito do disposto no inciso IV do caput, constituem revisão de proventos as eventuais revisões de tempo de serviço ou contribuição que impliquem alteração no valor dos proventos e as melhorias posteriores decorrentes de acréscimos de novas parcelas, gratificações ou vantagens de qualquer natureza, bem como a modificação da fundamentação legal, introdução de novos critérios ou bases de cálculo dos componentes do benefício, quando tais melhorias se caracterizarem como vantagem pessoal do servidor público civil ou do militar e não tiverem sido previstas no ato concessório originalmente submetido à apreciação do Tribunal.

Por meio do presente processo, foi enviado o Decreto nº 12.858, de 05 de setembro de 2025 (peça processual nº 006), por meio do qual foi decretado:

> Art. 3º Restabelecer os efeitos do Decreto n.º 2372/2011, que concedeu a aposentadoria por tempo de contribuição ao Servidor Antônio Carlos Koppe, matrícula n.º 161-1, ocupante do Cargo de Consultor Técnico, Nível P08, lotado na Câmara Municipal de Guarapuava, fixando seus proventos integrais em R$ 6.845,53 (seis mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e três centavos) mensais, a partir de 02 de setembro de 2011.

Ainda, o Decreto nº 12.859, de 05 de setembro de 2025 (peça processual nº 006), o qual parece apenas ter fixado os proventos do servidor inativado, tendo em vista o reestabelecimento do seu benefício de aposentadoria como originalmente concedido. Vejamos:

> Art. 1º Ratificar a revisão de proventos, concedida pelo Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos(as) Servidores(as) Públicos(as) do Município de Guarapuava -

[4] Art. 132 da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005.
[5] § 2º Para efeito do disposto no inciso IV do caput, constituem revisão de proventos as eventuais revisões de tempo de serviço ou contribuição que impliquem alteração no valor dos proventos e as melhorias posteriores decorrentes de acréscimos de novas parcelas, gratificações ou vantagens de qualquer natureza, bem como a modificação da fundamentação legal, introdução de novos critérios ou bases de cálculo dos componentes do benefício, quando tais melhorias se caracterizarem como vantagem pessoal do servidor público civil ou do militar e não tiverem sido previstas no ato concessório originalmente submetido à apreciação do Tribunal.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.YI1A.EBFG.NN45

> GUARAPUAVA-PREV, que a deferiu, conforme formulado no processo n.º 15087/2012, fixando os proventos do servidor inativo Antônio Carlos Koppe, matrícula n.º 161-1, em R$ 7.723,17 (sete mil setecentos e vinte e três reais e dezessete centavos), mensais e integrais.

Cumpre notar ainda que, na peça referente à certidão comprobatória do benefício a ser concedido (peça processual nº 003), foi juntada a decisão proferida no Mandado de Segurança Cível nº 0005718-58.2023.8.16.0031 por meio da qual foi determinado o reestabelecimento dos proventos conforme concedido inicialmente, isto é, nos termos do Decreto nº 2.372/11: (grifo meu)

> "Voto por (I) considerar prejudicado o recurso de agravo interno; (II) rejeitar as questões preliminares do remédio constitucional (decadência de impetrar o writ, ilegitimidade do Presidente do Tribunal de Contas e do Município de Guarapuava e pedido de condenação de valores); e (III) no mérito, conceder a ordem para anular a negativa de registro de aposentadoria do impetrante (autos do TCE/PR n° 631909/2011) e, por consequência, o Decreto do Município de Guarapuava n° 10.135/2023, **reestabelecendo-se, assim, os proventos de aposentadoria do impetrante aos valores originalmente concedidos pelo Decreto Municipal de Guarapuava n° 2.372/2011**, nos termos da fundamentação". (TJPR, Órgão Especial, Recurso: 0005718-58.2023.8.16.0031, Des. Ramon de Medeiros Nogueira, J. 25.09.2024)

Como se vê, o presente processo trata da inativação concedida ao Sr. Antônio Carlos Koppe por meio do Decreto nº 2.372/2011, o qual foi revogado, mas teve os seus efeitos restabelecidos pelo Decreto nº 12.858/2025 e Decreto nº 12859/2025. Fatos que foram devidamente relatados e apreciados nos autos nº 631909/11, por meio do qual foi incialmente enviado o ato concessivo da aposentadoria em questão, no caso o Decreto nº 2.372/2011.

No processo supracitado, foi proferido o Acórdão nº 102/26 - 2ª Câmara (peça processual nº 222 do protocolo nº 631909/11), julgando pela legalidade e registro do ato em apreço, referente à inativação do Sr. Antônio Carlos Koppe conforme concedida pelo Decreto nº 2.372/2011, tendo o Decreto nº 12.858/2025 sido expressamente mencionado no corpo do voto.

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.YI1A.EBFG.NN45

A referida decisão transitou em julgado em 03/03/2026 (Certidão de Trânsito em Julgado nº 80/26 - peça processual nº 225 do protocolo nº 631909/11), após o que, a COAP informou ter efetuado o registro do ato (Despacho nº 670/26 - peça processual nº 226 do protocolo nº 631909/11).

Conforme o exposto, tendo em vista que o benefício em apreço foi devidamente apreciado no processo de inativação nº 631909/11, tendo sido registrado o respectivo ato concessivo, acolho os opinativos uniformes, propondo que os presentes autos sejam arquivados.

Determino, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento do feito, nos termos dos artigos 168, inciso VII, e 398, §1º, do Regimento Interno[6].

VISTOS, relatados e discutidos,

ACORDAM

Os membros da Segunda Câmara do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do voto do Relator, Conselheiro Substituto **CLÁUDIO AUGUSTO KANIA**, por unanimidade, em:

Julgar pelo arquivamento dos presentes autos.

Determinar, após o trânsito em julgado, a remessa dos autos à Diretoria de Protocolo, para encerramento e arquivamento do feito, nos termos dos artigos 168, inciso VII, e 398, §1º, do Regimento Interno.

Votaram, nos termos acima, os Conselheiros FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES, FABIO DE SOUZA CAMARGO e AUGUSTINHO ZUCCHI.

---

[6] Art. 168. Compete à Diretoria de Protocolo: (Redação dada pela Resolução n° 24/2010) (...)
VII - arquivar e fazer o controle da temporalidade dos documentos e processos, procedendo à eliminação dos mesmos, na forma da lei e segundo ato normativo próprio;
Art. 398. Todos os processos autuados no Tribunal permanecerão no sistema, segundo as regras de gestão documental para a sua guarda e disponibilização. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)
§ 1º Proferida a decisão monocrática ou do órgão colegiado, com o respectivo trânsito em julgado e certificado seu integral cumprimento, o processo será encerrado, mediante despacho do relator. (Redação dada pela Resolução nº 24/2010)

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.YI1A.EBFG.NN45

Presente o Procurador do Ministério Público de Contas MICHAEL RICHARD REINER.

Plenário Virtual, 21 de maio de 2026 – Sessão Ordinária Virtual nº 8.

CLÁUDIO AUGUSTO KANIA
Conselheiro Substituto Relator

FERNANDO AUGUSTO MELLO GUIMARÃES
Presidente

DOCUMENTO E ASSINATURA(S) DIGITAIS
AUTENTICIDADE E ORIGINAL DISPONÍVEIS NO ENDEREÇO WWW.TCE.PR.GOV.BR, MEDIANTE IDENTIFICADOR ZLYU.YI1A.EBFG.NN45